

ra São Paulo e disso todos nós somos testemunhas. Mas se ela tem sido ciclópica em obras, pedimos também ao Brigadeiro que cuide, mais e mais, do que já cuidou, do problema educacional.

Na verdade, nenhum progresso de nenhum país no mundo se fez ou se fará exclusivamente à custa de obras. Qualquer progresso se fará às custas de eliminar os defeitos da infra-estrutura. Qualquer progresso está na dependência de darmos condições aos homens que vivem em São Paulo para que se sirvam suficientemente das obras do Prefeito Faria Lima.

A Sua Excelência a nossa disposição de ajudar, aos senhores vereadores o nosso obrigado e àqueles que nos elegeram a certeza do nosso esforço e da nossa dedicação.

O SR. PRESIDENTE — Vamos passar ao Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

— Dada a palavra aos Srs. vereadores inscritos no Grande Expediente, verifica-se a ausência dos Srs. Alfredo Martins e Armando Simões Netto.

— Desistiram da palavra os Srs. vereadores Antonio Sampaio, David Roysen e Ephraim de Campos.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Vereador Freitas Nobre.

Nota da Taquigrafia:

O Sr. Freitas Nobre pronuncia discurso que, por depender de revisão, será publicado em separado. (Rodizio n.º 21).

— Dada a palavra aos oradores inscritos, verifica-se:

— a ausência dos Srs. Vereadores: Jihei Noda, Luiz Gonzaga Pereira, Mariani Guariba, Mario Osassa, Naylor de Oliveira, Brasil Vila e Samir Achôa.

— Desistiram da palavra os Srs. Jihei Noda, João Carlos Meirelles, Sampaio Doria, Theodosina Ribeiro, Tibiriçá Botelho e Vicente de Almeida.

O SR. PRESIDENTE — Vamos proceder à leitura dos documentos do Expediente.

EXPEDIENTE

— É lido e enviado à Comissão de Urbanismo e Obras Municipais o seguinte: São Paulo, 14 de fevereiro de 1969. Ofício AT n.º 39/69

Senhor Presidente

Em cumprimento ao que determina o artigo 25, n.º X da Lei estadual n.º 9.842, de 19 de setembro de 1967 — Lei Orgânica dos Municípios — tenho a honra de apresentar a essa Egrégia Câmara relatório circunstanciado das atividades e dos serviços municipais, referentes ao exercício de 1968.

Constituiu-se referida exposição das presentes considerações e dos dados e anexos, fornecidos pelas secretarias e repartições outras diretamente subordinadas ao Prefeito (79 volumes).

O atual Governo da Cidade encontrou o Município sem qualquer dívida, graças ao critério da Administração anterior, porém, com um atraso em obras e serviços públicos da ordem de 30 anos em contração com o extraordinário crescimento e progresso verificado na Metrópole.

Sua população, em apenas três décadas, passou de 1 para 5,8 milhões de habitantes. O desenvolvimento econômico transformou-a em grande centro industrial e comercial, mercê da atividade e capacidade criadora de seu povo. Contudo, essa evolução operou-se de forma não planejada, desordenada, simultânea e violenta, sem que os recursos municipais e a estrutura administrativa tivessem acompanhado o ritmo da Cidade, e sem o aproveitamento das modernas técnicas.

Dos problemas existentes e necessidades insatisfeitas da população, São Paulo transformou-se em urbe desumana a reclamar do poder local melhoramentos e soluções urgentes, rapidez na elaboração de projetos novos e nas obras, bem como empreendimentos de vulto, compatíveis com as dimensões dos problemas e com a grandeza da Capital. A preocupação de retirar o atraso acumulado e de projetar o futuro vem, assim, caracterizando a ação do atual Governo Municipal.

Mas, anualmente 270.000 novos habitantes se incorporam à Cidade — à taxa de 5,4% ao ano — determinando à Prefeitura outros encargos em termos de serviços públicos e equipamentos urbanos, de reorganização e criação de órgãos indispensáveis, introdução de métodos modernos de seleção de pessoal, descentralização e execução de obras, simplificação de processos burocráticos.

Ao lado dessas medidas de aperfeiçoamento de máquina administrativa e dos métodos modernos de trabalho, foi possível, no exercício que findou, pôr em execução plano de obras e serviços prioritários, sem prejuízo dos programas de pavimentação, de melhoramento dos transportes, das redes de assistência médico-hospitalar, telefone e iluminação pública, assim como da coleta de lixo e do sistema de educação e assistência social.

A reformulação da estrutura do poder comunal, dando-lhe condições para atender aos reclamos da Cidade, bastaria para ocorrer às necessidades atuais, se só o presente figurasse no plano da Administração. Dentro de 15 anos, porém, São Paulo deverá ter 10 milhões de habitantes. Tornando-se imperioso, portanto, fazer o plano do futuro, lançando as bases, desde já, para que o São Paulo daquele índice demográfico conheça vida menos dura, mais fácil, de forma planejada e humanizada.

Com o trabalho desenvolvido e as obras e serviços já realizados, ou em fase de execução, vem despontando a "Cidade Nova", com grandes avenidas, viadutos, pontes, passagens superiores e inferiores, feiras modernas, escolas, centros educacionais e recreativos parques infantis, bibliotecas, creches e clínicas psicológicas, maternidades, prontórios-socorro, institutos hospitalares, cemitérios, como o de Vila Nova Cachoeirinha. — tudo semeado nos quatro cantos da Cidade.

Agora mesmo foi entregue ao público a Avenida 23 de Maio, com cerca de 4.700 metros de extensão. Velho ideal. Projetada há mais de 40 anos, liga o Centro à Zona

Sul, ou seja, a Praça das Bandeiras ao Obelisco ao Soldado Constitucionalista, no Parque Ibirapuera.

A Praça Roosevelt, até há pouco utilizada unicamente como estacionamento de veículos e local de feira, foi objeto de projeto arrojado e contrato importante de obras públicas que começa a caracterizar a futura São Paulo. O empreendimento compreende vários aspectos: — primeiro, o viário, que possibilitará a continuidade da ligação Leste-Oeste da Cidade; o segundo, o urbanístico, que se traduzirá em um conjunto de edificações, a saber: — garagem subterrânea, com capacidade para 600 veículos, amplo "play-grounds" e grande praça para concentrações cívicas, dentre outras benfeitorias; terceiro, o paisagístico; e quarto, o turístico, tudo no sentido de transformar os atuais 16.000 em 37.000 m². de área útil ao povo paulistano.

Como se fôra um arremate das indispensáveis realizações públicas que ajudarão São Paulo a ocupar seu lugar entre as maiores cidades do mundo — deu-se começo real à implantação do METRÔ.

O Grupo Executivo do Metrô — GEM iniciou, em 1968, as concorrências para a construção de diversos trechos, com a participação de firmas brasileiras, consorciadas, ou não, a estrangeiras e com financiamento.

Os trabalhos da Associação Hochtief — Montreal Deconsult, selecionada em concurso internacional, prosseguem com a preparação de normas, projetos, rotinas e documentos para o detalhamento da linha Norte-Sul, e continuam a ser constantemente seguidos e orientados por aquele Grupo Executivo.

Ao mesmo tempo foram efetivadas providências que resultaram na obtenção de um empréstimo adicional de US\$ 12.000.000 (doze milhões de dólares), destinados ao financiamento dos projetos, empréstimo esse que foi devidamente autorizado pelo Senado Federal, aprovado pelo Banco Central e demais órgãos governamentais, tendo sido avaliado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE.

A contratação das firmas de Engenharia de Projeto para o detalhamento da linha Norte-Sul foi iniciada em maio, com a assinatura de contrato pelo Consórcio Figueiredo Ferraz e Electroconsult e encerrado em agosto, com a contratação da firma Promon para o plano do trecho Central.

Uma vez começados aqueles trabalhos foi elaborado e publicado o edital de convocação para Pré-Qualificação de firmas nacionais e estrangeiras para a construção daquela linha do Metrô. Atenderam dezenove consórcios, envolvendo quarenta e quatro das maiores empresas nacionais de construção, além de vinte internacionais de renome e comprovada experiência em obras específicas de metropolitanas.

No entretanto, foram dados os passos finais que permitiram a criação da Companhia do Metropolitano de São Paulo — Metrô, com a conseqüente extinção do Grupo Executivo do Metrô — GEM, passando a referida Companhia ao trabalho de sua estruturação interna, recrutamento e seleção de pessoal técnico e administrativo, e demais providências visando sua adequação à fase atual do trabalho.

O recebimento, em abril, do Relatório Final, preparado pela Hochtief — Montreal — Deconsult, exigiu um grande esforço de análise, avaliação e crítica pelos quadros da nova empresa, tendo resultado no pedido de reformulação do mesmo em termos mais didáticos e apresentação mais completa, o qual, reapresentado, já se encontra impresso.

A Diretoria da Companhia do Metropolitano examinando as propostas dos mencionados dezenove consórcios, considerou a todos com qualificação suficiente para se habilitarem às concorrências de construção do Metrô.

O término dos projetos dos trechos 7 e 8 determinou a expedição de cartas-convite aos grupos pré-qualificados. Foram recebidas onze propostas que mereceram a qualificação proclamada em novembro e da qual resultou a contratação das obras do trecho 7 — que vai da Rua Domingos de Morais, entre Borges Lagôa e Pedro de Toledo até a Avenida Jabaquara, entre as Ruas Fagundes Dias e Chiz — com o Consórcio Técnico de Engenharia — CTE; e do trecho 8 — localizado desde a Avenida Jabaquara, em seguimento ao trecho 7, até a Rua Diederichsen, esquina com a Rua Eta — com o Consórcio de Grandes Estruturas — COGE.

As obras da linha Norte-Sul foram, então, nestes trechos, iniciadas a 14 de dezembro, e já se encontram em fase bastante adiantada.

Durante todo o tempo, a Companhia do Metropolitano organizou-se para a fiscalização e controle da obra, tendo substituído, a esse respeito, sistema de alta eficiência e valia, que procura fixar de maneira inequívoca a experiência nova para a engenharia nacional.

Ainda no ano de 1968, foram expedidas as cartas-convite para a execução dos trechos 1, 6 e 9. Os trabalhos de detalhamento dos demais prosseguem normalmente, dentro das expectativas dos cronogramas estabelecidos, a partir das contratações.

Mas, a implantação real da "Nova Cidade" depende, decisivamente, do Plano Diretor, ou melhor, do Plano Urbanístico Básico do Município de São Paulo. Sua entrega, pelo consórcio de firmas nacionais e norte-americanas contratadas para tal fim, dar-se-á ainda este ano. A Cidade, invés de crescer de forma explosiva e desordenada, terá sua expansão planejada e disciplinada com base na nossa própria experiência e nos melhores recursos da técnica e da experiência estrangeira.

O mais diversos e complexos problemas municipais, em todos os setores, estão sendo racionalmente levantados, pesquisados, analisados e diagnosticados. A Administração, dessa forma, terá meios de exercer efetivo controle sobre a vida do Município, sempre em crescimento. Essa iniciação da Prefeitura de São Paulo mereceu o apoio do Minis-

tério do Planejamento através do Fundo para Estudos, Programas e Projetos — FINEP que contribuiu com financiamento de NCR\$ 5.760.000,00 para os estudos do Plano.

Por outro lado, diferentes medidas tendentes a oferecer maior conforto à população não foram olvidadas.

A frota da Companhia Municipal de Transportes Coletivos — CMTc, viu-se enriquecida pela aquisição de mais 40 chassis para ônibus, produzidos pela Fábrica Nacional de Motores, que carroçados pela concessionária em suas próprias oficinas, foram distribuídos por suas linhas de maior carência. Elevou-se, assim, a 465 o número de veículos adquiridos pela CMTc ultimamente, em função do plano de recuperação da Companhia.

As atividades da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo — COHAB-SP., criada pela atual Administração, para, em convênio com o Banco Nacional de Habitação, colaborar na solução do problema habitacional da Metrópole, resultaram, em 1968 no programa intenso de realizações, conforme atestam os dados seguintes: — Unidades construídas — 253 no conjunto Parque Ypê e 1.088 no conjunto Marechal Mascarenhas de Moraes; Unidades em construção — 1.264 no conjunto Bororê, 509 no de Guapira e 4.500 no de Carapicuíba.

Terminado, em 1960, o contrato de concessão de gás canalizado, a cargo da Companhia Paulista de Serviços de Gás, que se desinteressou expressamente de continuar com o encargo, — viu-se o Governo local preocupado com o assunto relevante de seu prosseguimento, em termos de conveniência pública e de rendimento técnico.

Os órgãos técnicos da Prefeitura recomendaram, nesse caso, a desapropriação do acervo da concessionária e que a operação dos serviços passasse a ser feita diretamente pelo Município sob a forma de sociedade anônima, em que o mesmo predominasse, a fim de propiciar a conveniente flexibilidade de organização e outras vantagens pecuniárias às atividades das empresas comerciais. Daí a criação da Companhia Municipal de Gás — COMGAS-SP, que se acha em organização.

A proteção e vigilância dos bens e serviços do Município não escaparam ao programa de ação da Prefeitura, que vinha verificando a necessidade de se criar um órgão, de âmbito municipal, com as atribuições específicas de oferecer segurança adequada para os edifícios em que se acham instaladas suas repartições, bem como para preservação de bens e imóveis de seu patrimônio, inclusive no caso de transporte de valores.

Ao ensejo da permissão na vigente Lei Orgânica dos Municípios, promoveu o Executivo a criação do Departamento da Guarda Municipal, com as finalidades atrás apontadas.

Outra realização administrativa que há de ser, aqui, destacada em razão de sua elevada significação ético-social, é a criação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Dentro da sistemática constitucional brasileira, de há muito a fiscalização orçamentária e financeira, compreendendo o exame de contas do Executivo, vinha sendo feita pelo Tribunal de Contas da União, no âmbito federal, e, na esfera estadual, por seu congêneres do Estado.

As contas das administrações municipais, porém, não estavam sujeitas ao exame de órgão especializado. Estã São Paulo, portanto, dotado de meios específicos neste particular, possuindo regime administrativo especial e tribunal de contas próprio.

A medida aprovada por essa Egrégia Câmara, assinala-se, baseou-se na Lei Orgânica dos Municípios. E o Ato Complementar n.º 41 — que determinou condições mais rigorosas para a criação dessas Cortes — confirmou a necessidade de São Paulo ter seu Tribunal de Contas.

Foram, ainda, no exercício passado, acelerados os trabalhos de expansão da rede de iluminação pública da Capital, com a instalação de cerca de 5.600 fôcos de luz. A par disso, foram instalados luminárias de mercúrio, em grande número, tendo merecido prioridade as grandes avenidas, as vias de acesso a escolas e de ligação interbairros, dentro do programa de implantação de novas unidades de iluminação na área servida por esse benefício público.

Também no planejamento e na construção da "Cidade Nova", o amparo e a formação da criança têm ocupado uma posição de destacado relevo.

Assim é que, no âmbito da Educação e Ensino, desde o início da atual Administração construíram-se, aproximadamente 2.000 salas de aula e acham-se em construção 257, cumprindo seu propósito de não deixar crianças sem escola. Deu-se, ainda, a substituição dos galpões de madeira por prédios de alvenaria, cabendo ressaltar a adoção de providência visando ao desenvolvimento do ensino complementar.

No setor do ensino municipal, verificou-se a criação do Colégio Comercial Municipal, cujo funcionamento regular se dará no ano corrente, bem como a instalação dos cursos de Formação Profissional Acelerado, já em plena atividade.

Cumpre salientar a criação do Instituto Municipal de Educação e Pesquisas, destinado à jovens excepcionalmente bem dotados. Outro ato digno de menção no campo educacional, foi o aumento das bolsas de estudo para o total de 2.000. Foram, outrossim, procedidos a estudos que culminaram com a autorização ao Município para firmar convênios com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI, no sentido de serem instalados quatro Centros de Formação Profissional (escolas de aprendizagem industrial) em Tucuruvi, Bom Retiro, Vila Alpina e Carlos de Campos.

No setor cultural, ainda, a Prefeitura promoveu a realização da Temporada Lúfrica Oficial de 1968, com renomados artistas internacionais; a intensificação das atividades da Orquestra Sinfônica Municipal; a criação da Orquestra Sinfônica Jovem; Exposição de Arte; Concurso Literário e Artístico; Espetáculos Teatrais a preços populares; aprimoramento das Bibliotecas, a criação do Cor-

po de Baile Municipal, bem assim o prosseguimento de estudos visando à criação da Escola Municipal de Música.

Coroando as atividades dessa natureza verificou-se, por ocasião da visita da Sua Majestade Elizabeth II, Rainha da Inglaterra, a esta Capital, a inauguração do Edifício Triano, onde está instalado o Museu de Arte, que, além de transformar a Cidade de São Paulo num centro artístico incontestável, influenciará decisivamente na formação de uma mentalidade de culto às artes em nosso País.

O Departamento Municipal de Esportes, no exercício findo, recebeu novo órgão Administrativo.

Trata-se do Centro Municipal de Campismo — CEMUCAM-SP, destinado a promover e incentivar o campismo, além das atividades afins de natureza recreativo-educacional.

A iniciativa é outra demonstração de que o Governo local, na presente gestão, vem estimulando e amparando atividades desportivas e de entretenimento da população, tendo em vista as manifestações culturais.

Na área do abastecimento, cuja Secretaria acaba de ser ampliada e reorganizada, São Paulo apresentava uma desvantagem entre o seu crescimento populacional e os serviços sociais indispensáveis à vida de uma comunidade urbana de sua importância.

O sistema em uso na metrópole deveria, portanto, ser objeto de um planejamento técnico e racional.

Assim, realizou-se, preliminarmente, estudo das condições em que se processa a comercialização dos gêneros alimentícios na área urbana do Município, bem como as preferências do público consumidor e as razões em que se apoiam essas preferências.

Traçadas, assim as linhas gerais de uma política de abastecimento, a curto e médio prazo, tendo em vista a melhoria do processo, direto e indireto, de atendimento do consumidor, introduziu-se o sistema de Feiras Modernas, baseado na conveniência e se adotou uma política progressiva de erradicação das feiras-livres do leito das vias públicas, sem extinguí-las de vez, dada preferência do povo por esse tipo de comercialização.

Já foram inauguradas as Feiras Modernas Alcantara Machado, Maria Carlota e da Avenida Dr. Arnaldo, estando em construção as da Rua Bresser, Jardim São Luiz e Avenida Cupecê, estas duas últimas situadas em Santo Amaro.

Paralelamente, deu-se a construção de novos Mercados Distritais, modernizados permitindo a venda de gêneros alimentícios e pequeno atacado, a fim de corrigir a excessiva descentralização, as dificuldades de abastecimento das diversas áreas da Cidade, ora sujeitas ao regime de compras e reduzido número de pontos de distribuição atacadista. Na execução desse plano, foram efetivados os estudos iniciais, posteriormente convertidos em projetos, para a construção dos Mercados da Penha, Tucuruvi, Pnheiros, Praça Roosevelt, Santana, Piributã e adaptação do Mercado da Cidade Dutra.

Por outro lado, recursos foram mobilizados em 1968, visando melhorar o atendimento dos serviços municipais de saúde e assistência médica.

Um orçamento da ordem de 30 milhões de cruzeiros novos permitiu prover a Secretaria de Higiene e Saúde de equipamentos, materiais de consumo e pessoal em quantidade jamais alcançada num só exercício. Pôde, então, a Prefeitura melhor servir a população.

Objetivando essa finalidade foram construídos o Pronto Socorro Municipal de São Miguel Paulista, bem como acham-se em fase final de obras o Hospital Municipal de Taubaté — serviço médico de atendimento de urgência, já em funcionamento — e a Maternidade de Vila Nova Cachoeirinha.

Novos serviços foram montados e implantados no Hospital Municipal, destacando-se os de nefrologia, reumatologia, cirurgia de mão, e o Centro de Terapia Intensiva, que colocará aquele nosocômio no mesmo nível técnico dos melhores do País, podendo, inclusive, iniciar-se na cirurgia de transplantes.

Ao mesmo passo e ritmo com que foram atacados, equacionados e resolvidos muitos dos problemas administrativos que em São Paulo, adquiriram a qualificação de crônicos, adotaram-se providências visando ao aperfeiçoamento e estímulo da infra-estrutura da Administração, sem forças, em tantos aspectos, para acompanhar a expansão impressionante dos modernos métodos de trabalho público.

Nesse sentido, em diversas oportunidades des, ao encaminhar à Egrégia Câmara propostas de estruturação de órgãos do serviço público, a atual Administração não deixou de salientar as dificuldades que encontrou a frente da Prefeitura, devido ao desparelhamento de sua máquina administrativa.

Foi, justamente, por haver sentido a inadequação e o obsoleto dessa estrutura para atender às responsabilidades da Metrópole, em que vive uma população de 5,7 milhões de habitantes, crescendo à razão de 5,4% ao ano, — que foram criadas outras secretarias municipais, ao lado de órgãos paralelos de administração, além das respectivas reorganizações internas.

No que se refere ao pessoal, as dificuldades eram análogas, sendo necessário atualizar e dotar modernas técnicas no reaparelhamento dos quadros do funcionalismo objetivando seu aprimoramento, a maior eficiência da máquina administrativa e criar estímulos às diversas carreiras e ao reequacionamento daqueles que se achassem fora das funções.

Isto posto, tiveram os extranumerários diaristas, após estudos realizados por Grupo de Trabalho, sua situação atendida com nova estruturação, quando, ao lado das normas modernas já citadas, foram os vencimentos atualizados depois de criteriosa pesquisa e comparação entre os percebidos pelos servidores municipais e os do merca-